

**INSTRUÇÃO, CIÊNCIA E CIVILIZAÇÃO: A PROVÍNCIA DO GRÃO PARÁ
E AS INFLUÊNCIAS FRANCESA E ESTADUNIDENSE NAS
QUESTÕES EDUCACIONAIS (1860 A 1870)**

Rogério Guimarães Malheiros
Mestre em Educação pela UFPA
rogeriomalheiros@yahoo.com.br

Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Doutor em Geografia pela USP
genylton@gmail.com

RESUMO

Neste artigo privilegiamos o debate acerca das influências do “modelo” educacional francês e estadunidense nas discussões, aspirações e medidas propostas por políticos e intelectuais paraenses, na tentativa de estabelecer melhorias ao sistema de instrução pública da Província do Grão-Pará na segunda metade do século XIX. Deste modo, por meio de um ideal científico e de instrução do cidadão paraense tivemos a concorrência de modelos de instrução na Província do Grão-Pará que nos leva a repensar acerca da predominância francesa entre a classe abastarda e dirigente da mencionada Província do Império do Brasil, pois tivemos a nítida defesa do modelo educacional dos Estados Unidos da América, tecida pelo naturalista e etnólogo Ferreira Penna, que se destacou na Província pela sua atuação científica que resultou na organização do Museu Paraense de História Natural e Etnografia.

Palavras-Chave: Ciência; Instrução Pública; Província do Grão-Pará.

**EDUCATION, SCIENCE AND CIVILIZATION: THE PROVINCE OF GRAND
PARA AND THE FRENCH AND AMERICAN INFLUENCES ON
EDUCATIONAL ISSUES (1860-1870)**

ABSTRACT

In this article we focus on the debate about the influence of the "model" French and American educational discussions, aspirations and measures proposed by politicians and intellectuals Pará, in an attempt to establish improvements to the public education system of the Province of Grand Para. Thus, through a scientific and educational ideal of the citizen Pará had the competition of models of education in the Province of Grand Para makes us rethink about the predominance of French class bastardizes and leader of that province of the Empire of Brazil because we had a clear defense of the educational model of the United States of America woven by naturalist and ethnologist Ferreira Penna, who stood out for his performance in scientific Province which resulted in the organization of the Museum of Natural History and Paraense Etnografia.

Keywords: Science; Public Instruction; Province of Grand Para.

Boa parte da historiografia nacional e regional evidencia a forte influência francesa nas questões educacionais no Brasil durante o século XIX. Autores como Tanuri (2000), Saviani (2009), Boto (2003), Villela (1990), Xavier (1992), dentre outros, ratificam essa influência nas questões educacionais brasileiras no período imperial, o que nos levou a pensarmos e repensarmos acerca desta questão.

Deste modo, abordaremos neste artigo as influências do pensar europeu para a constituição de uma mentalidade política na Província do Grão-Pará baseada, indubitavelmente, no projeto burguês de instrução pública, oriundo de intensos debates entre os teóricos e políticos franceses no período revolucionário do final do século XVIII, debates estes que repercutiram e influenciaram como fundamentos para as discussões e proposições sobre a necessidade da promoção de sistemas de instrução pública no mundo moderno, onde as proposições de Condorcet se destacam nesta ambiência política e social do debate relacionado à instrução como dever do Estado (Cf. KINTZLER, 1994; COUTEL, 1996; ARAGO, 1968; BAKER, 1987; GRANGER, 1989; SILVA, 2010).

Pretendemos ainda evidenciar as primeiras iniciativas para a constituição de uma colegialidade científica na Província do Grão-Pará, de forma que possamos perceber as influências externas para a implementação do ideal burguês de uma instrução voltada para a formação do homem com base na razão, na moral e no cientificismo, ou seja, nos pressupostos iluministas de outrora. Trata-se também do percebimento da dinâmica social e suas complexas redes de relações que são construídas, desconstruídas e, algumas vezes, reconstruídas no decorrer do processo histórico. Além de privilegiarmos o debate relativo a uma certa influência do modelo educacional dos Estados Unidos da América nas proposições do naturalista, etnólogo e professor Domingos Soares Ferreira Penna.

As atividades científicas periféricas e a atuação de Domingos Soares Ferreira Penna na província do Grão-Pará

Partimos do pressuposto de que as atividades científicas oriundas de áreas periféricas, longe dos grandes centros europeus, não são atividades meramente passivas aos conhecimentos produzidos na Europa, mas sim atividades que os reconhecem e os resignifica para atender as necessidades locais ou mesmo produzem seus próprios conhecimentos.

Autores como Gil-Perez (2001), Martins & Brito (2006) e Saldaña (2000) corroboram com esta questão e postulam uma concepção crítica de ciência, iniciando uma abordagem marcadamente social desta, de forma que concebem a ciência como um espaço passivo de diversas interpretações da natureza, onde não há uma unicidade metodológica, nem mesmo uma isenção do contexto sociocultural onde fora concebido.

Para melhor entendermos esta questão, nos reportaremos ao processo de fundação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Fundado no ano de 1866, o mencionado museu foi fruto de debates e aspirações de dirigentes e da elite local para a constituição de uma colegialidade científica capaz de transpor seus conhecimentos para o processo de instrução do homem, baseados no cânon burguês da instrução pública de cunho cientificista.

Para Duarte (2010), o político, etnógrafo, geógrafo, arqueólogo e professor Domingos Soares Ferreira Penna fora uma figura ímpar para a constituição de uma colegialidade científica na Província do Grão-Pará, pois este é identificado como o idealizador do empreendimento científico que se configurou como Museu Paraense de

História Natural e Etnografia, estando totalmente em consonância com as discussões do período, segunda metade do século XIX, acerca da relação ciência e educação.

Ferreira Penna, após ter ocupado relevantes cargos administrativos nas Províncias de Minas Gerais, onde nasceu, de São Paulo e na Corte, chega à Belém no final da década de 1850, quando foi nomeado, pelo então Presidente da Província do Pará, Manoel de Frias e Vasconcellos, como Secretário de Governo, função esta que exerceu por nove anos.

Segundo Sanjad (2011, p. 136), a função desempenhada por Ferreira Penna na Província do Pará era de grande relevância para a administração provincial, uma vez que cabia a ele assessorar diretamente os Presidentes da Província, receber ofícios, gerenciar o arquivo, informar sobre as ordens do presidente, coordenar tarefas técnicas, organizar a transição entre um presidente e seu sucessor e, muitas vezes, intermediar as relações entre a Assembleia Provincial e os Presidentes. O que denota certa experiência política e administrativa adquirida por Ferreira Penna no desempenho de sua função no Governo provincial, onde pôde perceber as especificidades e nuances políticas da Província no período.

Segundo este autor,

A atuação de Ferreira Penna na Secretaria de Governo também contribuiu significativamente para a ampliação das iniciativas locais voltadas para as práticas científicas, como a contratação do naturalista Louis-Jacques Brunet para explorar os rios amazônicos; a reforma e ampliação do jardim botânico do Grão-Pará; a remessa de coleções para o Museu Nacional; a organização de Exposições Provinciais e da representação paraense nas mostras nacionais; o apoio a viajantes, como Louis Agassiz e equipe; e a criação da Associação Filomática, em 1866, cujo objetivo era fundar um museu de história natural e etnografia, denominado Museu Paraense (SANJAD, 2011, p. 137).

Inicialmente, Ferreira Penna organiza uma “Associação Filomática” que, como bem pontuou Sanjad (2011), possuía o objetivo de fundar o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, além de proporcionar nas dependências deste, segundo o estatuto da Associação Filomática, meios para a instrução pública de conhecimentos de geografia, hidrografia, etnografia, história do Brasil e do Pará, com ênfase às questões naturais, bem como teriam que fundar uma biblioteca que possuísse um acervo de obras que tratassem dos assuntos que seriam obrigados a ofertar ao público (Cf. DUARTE, *Ibid.*).

Alves (2005) e Sanjad (2005) relatam que durante a reunião inaugural da referida Associação, no dia 6 de outubro de 1866, fora eleita a primeira mesa diretora, que passaria a ser composta por Ferreira Penna, na função de Presidente; Francisco Acácio Correa, como secretário, que neste mesmo ano passou a ocupar a Presidência do Partido Liberal do Pará; Pontes e Souza, como tesoureiro; o médico e professor Américo Marques Santa Rosa, o Padre e Professor Félix Vicente de Leão, o médico e professor José Ferreira Cantão, o militar José de Carvalho Serzedelo, o comerciante português José Affonso e o médico Lobato de Castro, que exerceriam a função de comissários.

Neste contexto, nenhum dos membros da primeira mesa diretora da associação possuía formação científica oficial para às áreas que o Museu Paraense abrangeria. No entanto, para Gualtiere (2005), Ferreira Penna era o único que possuía o preparo para atuar nas áreas de abrangência do Museu Paraense, pois era reconhecidamente um profissional autodidata nas mencionadas áreas, ainda que possuísse apenas o nível secundário de instrução (Cf. ALVES, *Ibid.*).

A prática da história natural na Província do Pará no século XIX parecia comum a indivíduos sem formação oficial na área, mas que possuísem boa articulação política e recursos financeiros (próprios ou de terceiros) para a realização de expedições (DUARTE, *Ibid.*, p. 26).

Podemos perceber também que direta ou indiretamente os membros da primeira mesa diretora do Museu Paraense estavam ligados ao processo de instrução, seja como professores e colaboradores ou ainda como dirigentes da Diretoria de Instrução Pública da Província do Grão-Pará.

Esta estreita ligação com o ensino denota ainda a presença dos pressupostos teóricos iluministas acerca da instrução pública, ou seja, estava intimamente relacionado ao projeto burguês de educação, de forma que o próprio Presidente da primeira mesa diretora do Museu Paraense, Ferreira Penna, em um artigo intitulado “A Instrução na Província do Pará”, publicado em 13 de maio de 1869, no periódico belenense *Colombo*, ressaltava que

[...], não há progresso sem civilização, [...], nem espírito público onde ao povo falta a instrução que e a base sobre que se apoiam todos os sentimentos nobres do espírito humano.

Um povo sem instrução é um rebanho que obedece a vara do pastor que, se o protege contra os lobos, também lhe aproveita a lã e que, quando lhe parece, o conduz ao leilão; mas esse rebanho converte-se também facilmente em lobos para devorar o pastor a quem sua ignorância atribui a falta de pasto ou a peste que o persegue (PENNA, 1869, p. 2).

Baseados na epígrafe acima, concatenamos as ideias apresentadas por Ferreira Penna aos pressupostos discursivos do ideal de Instrução burguesa presentes nos debates dos teóricos e políticos franceses no final do século XVIII, já abordados na segunda seção deste trabalho, haja vista que assim como os filósofos franceses, Ferreira Penna defende a instrução como mecanismo imprescindível para a formação do indivíduo, bem como a instrução como sinônimo do que se entendia enquanto progresso. Ferreira Penna defende ainda a Instrução como elemento civilizatório de uma sociedade que se queria moldar, adequada aos novos padrões, hábitos e condutas, ditos modernos, o que denota uma aproximação ao que já havia sido teorizado e debatido pelos franceses no período revolucionário.

Influência esta que também verificamos nos debates tecidos entre a elite nacional brasileira que, segundo Mattos (1994), pautavam suas ações e debates tendo em vista os princípios modernos de ordenamento, civilização e progresso, concebendo a instrução como elemento indispensável para tal propósito.

Outra questão relevante de se abordar é a própria concepção de instrução baseada estritamente nos preceitos científicos, uma vez que a organização da instrução nacional francesa, proposta por Condorcet em seu *Rapport* de 1792 e em suas memórias da instrução, publicadas em Paris um ano antes, previam uma instituição que pudesse incentivar e desenvolver “novas verdades”, isto é, conhecimentos cientificamente comprovados, que no caso francês estaria sob a responsabilidade da Sociedade Nacional das Ciências e das Artes, e no caso do Grão-Pará, sob a idealização de Ferreira Penna, esta função seria desempenhada pelo Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que possuía como uma de suas missões a de promover ao público mecanismos para o ensino das áreas que a instituição compreenderia.

Este caráter cientificista do Museu Paraense, também fora objeto de apreciação do Presidente da Província do Grão-Pará, Abel Graça, que, por meio de seu Relatório apresentado no dia 15 de agosto de 1871, vislumbrava que

[...] o Museu Paraense é o estabelecimento mais importante, que mais poderosa influencia tem de exercer para o desenvolvimento das sciencias nesta Província, o Museu é o primeiro nucleo de um estabelecimento de ensino superior; é o centro a que se hão acolher no Pará os estudos da sciencia da natureza (PARÁ, 1871, pp. 15-16).

Como podemos perceber, a fundação do Museu Paraense acaba por satisfazer as aspirações dos Presidentes da Província pelo desenvolvimento científico da instrução no Grão-Pará, de forma que a referida instituição seria a referência para fazer prosperar a ciência e o ensino superior na Província.

Depreendemos também, nas palavras de Ferreira Penna, a nítida defesa de uma instrução destinada a esclarecer os cidadãos acerca de seus direitos e deveres, de forma que o permita a autonomia de interpretação e de ação, deixando de ser passivo aos interesses políticos e pessoais dos que estão à frente da administração pública, o que também nos remete ao pensamento de Condorcet quando evidencia a necessidade da promoção de uma instrução cívica e pátria como necessária para o indivíduo conhecer os mecanismos para a plena convivência social e desfrutar de seus direitos, trata-se também do ideal de universalização da instrução.

Esta premissa da instrução como “[...] a base sobre que se apoiam todos os sentimentos nobres do espírito humano [...]” (PENNA, 1869, p. 2), se fundamenta, indubitavelmente, nos pressupostos iluministas e liberais aclamados por Condorcet durante o período revolucionário francês, uma vez que em suas proposições este concebia que a instrução deveria ser implementada de forma que possibilite a formação do cidadão, com base na inculcação de seus direitos, capacitando-os a participar dos debates relacionados a revisão e proposições de leis, como algo regular em seu cotidiano como cidadão, o que Kintzler & Coutel (1994) identificaram como o “cuidado epistemológico com o verdadeiro”, como necessários para que o cidadão possa identificar os argumentos persuasivos, de controle e submissão proclamados pelas autoridades constituídas.

Neste contexto, as ideias de Ferreira Penna relativas à instrução pública, bem como da colegialidade administrativa do Museu Paraense e dos Presidentes da Província, estiveram intimamente ligadas ao projeto burguês de instrução, haja vista que comungavam de um ideal de instrução iluminista, pautado na ciência, na moral e na razão, como instrumento necessário para o progresso e para o projeto de civilização da classe dirigente da Província do Grão-Pará, da segunda metade do século XIX.

Cumpre evidenciarmos ainda que, segundo o Presidente Abel Graça,

O regulamento expedido para este estabelecimento (o Museu Paraense) estabeleceu as bases do futuro desenvolvimento dos estudos superiores quando determinou que em cada semana um dos membros do respectivo conselho administrativo desse uma lição publica em leitura sobre o ramo de sciencias distribuido á secção á cargo d’esse membro do conselho (PARÁ, 1871, p. 16)

O que nos leva a concatenar ao que Condorcet havia proposto em seu *Rapport* de 1792, isto é, palestras públicas no domingo, a fundação de museus de artes e ofícios, a criação de pequenas bibliotecas em cada escola e o ensino de história natural para

desenvolver o gosto pela observação e análise. Condorcet enfatizava ainda que para além das aulas ministradas nos ambientes escolares, os professores deveriam estar preparados para disseminar as luzes para a sociedade como um todo, visto que seriam convocados a proferir palestras públicas, o que nos parece também ter sido o objetivo do Museu Paraense em relação aos conhecimentos científicos, conforme epígrafe em destaque.

Ainda com forte influência do pensamento francês, permeado pelos ideais iluministas e cientificistas, o Presidente Abel Graça destaca a importância que teve a fundação da Biblioteca Pública do Pará para a ilustração dos jovens da Província. Fundada no dia 25 de março de 1871, a Biblioteca Pública do Pará nascia já com grandes expectativas para o desenvolvimento científico da Província, que inicialmente contou com a doação de importantes obras à seu acervo, entre os que fizeram doações de livros para a recém criada Biblioteca Pública do Pará, estiveram o ex-presidente da Província, Joaquim Machado Pires Portella, o Secretário do Instituto histórico do Rio de Janeiro, Conego Fernandes Pinheiro, e o geólogo e naturalista norte americano, Carlos Frederico Hartt (Cf. PARÁ, 1871, p. 15).

Retomando as questões referentes ao pensamento do naturalista Ferreira Penna sobre a instrução pública no Pará, presentes em seu artigo publicado no Jornal *Colombo*, no ano de 1869, cumpre destacarmos que, segundo argumentos tecidos por ele,

Fora da capital da Província não há estabelecimento algum de ensino público ou particular, em que a infância e a juventude possam adquirir uma instrução qualquer, além da que provém de escolas primárias.

A instrução que se lhes dá no interior, mesmo nas mais notáveis povoações, como Óbidos, Santarém, Cametá e Bragança, é bem pouca coisa.

Aprende-se a ler e escrever, decora-se os primeiros rudimentos de gramática e mistura-se tudo isso com um pouco de aritmética que as mais das vezes o professor pouco mais sabe do que o discípulo (Id., Ibid., p 2).

É notório, nas palavras de Ferreira Penna, o seu engajamento político pela qualidade do ensino ministrado não só na capital da Província do Pará, mas também nas cidades e vilas do interior. O notável pesquisador nos apresenta suas aspirações por uma política sequencial da instrução pública no interior da Província, haja vista que reclama não haver uma instituição de ensino nas cidades do interior, seja pública ou particular, que garanta às crianças e jovens um ensino além do primário.

É interessante percebermos também, que as ideias tecidas por Ferreira Penna coadunam com os preceitos de “emancipação” do homem presente no *Rapport de 1792*, uma vez que potencializava o discurso pedagógico de universalização da escola, além de desvelar a necessidade de formar o homem cidadão, formação esta que só poderia ser concretizada por meio desta universalização do ensino, que Ferreira Penna reclamava para as diversas cidades e vilas do interior do Grão-Pará.

Torna-se salutar percebermos ainda que Ferreira Penna identifica um problema recorrente nas palavras dos políticos e administradores da Província do Grão-Pará, isto é, a falta de preparo dos professores. Ou seja, nas entrelinhas de seu artigo, podemos depreender sua preocupação com a formação de professores para a “irradiação da luz da inteligência” (Id., Ibid.). No entanto, tratava-se de um ideal de formação docente que estivesse intimamente ligado aos ideais iluministas de cientificidade e da razão, para estar apto a propagar entre os cidadãos da Província, os conhecimentos cientificamente comprovados, com base na razão e na moral, sempre imprescindíveis para o promoção dos ideais modernos de ordem, progresso e civilização.

A formação do professor “ilustrado e aplicado”, nesse sentido, configurar-se-ia como o fundamento para a constituição deste homem cidadão, que se pensou para a França no pós-revolução de 1789, conforme as proposições de Condorcet, e do cidadão civilizado que se queria para o Grão-Pará, à luz do pensamento de Ferreira Penna e das autoridades constituídas. Daí a premente necessidade de se pensar em instituições específicas para a formação do professor.

Eu desejava ver estabelecida em todo o Império a liberdade de ensino em todos os seus graus, sob a única condição de capacidade moral e intelectual bem comprovada nos professores ou diretores de escolas ou colégios, a fim de que esta nobre liberdade não degenerasse em licença ou especulação prejudicial aos bons costumes.

Esta ideia, que começa apenas a ser aventada no país, ofende ainda os preconceitos de que estão cheias muitas cabeças, mesmo de homens instruídos, ao mesmo tempo que, sem consciência ou fundamentos querem outros dar-lhe uma latitude capaz de matá-la em seu berço.

Estes pecam por inexperientes, e aqueles por sedentários. Entre os extremos é que está a verdadeira liberdade.

Os nossos hábitos, é força confessar, não se prestam muito às ideias e sobretudo à iniciativa de progresso (Id., Ibid. p. 2).

Ferreira Penna demonstra suas aspirações por uma instrução que pudesse ser estabelecida em todo Império do Brasil, de forma que fosse garantida a “liberdade de ensino” em todos seus níveis, condicionando-a a capacidade moral e intelectual dos professores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino, o que denota sua atenção ao processo de formação de professores, de forma que pudesse capacitá-los para tal intento e que seguissem os preceitos de uma instrução destinada a promover à moral e a razão entre os cidadãos do Império, bem como os da Província do Pará.

Depreendemos ainda que Ferreira Penna evidencia um modelo de instrução que começa a ser objeto de debate entre os estudiosos da área no período, trata-se do modelo educacional dos Estados Unidos da América, que posteriormente, após quase 10 anos à publicação deste artigo de Ferreira Penna, influenciaria as reformas implementadas pelo Ministro do Império Leôncio de Carvalho (Cf. MACHADO, 2005).

É salutar evidenciarmos ainda que Ferreira Penna reconhecia a morosidade e falta de empenho dos dirigentes do Império e da Província do Pará para com a instrução pública, evidenciando a falta de observância aos ideais externos de instrução pública e de iniciativas para a promoção do “progresso”, pois este progresso também estava condicionado ao processo de instrução do “homem civilizado”.

Em síntese, Ferreira Penna considera que “[...] a instrução que é a base sobre que se apoiam todos os sentimentos nobres do espírito humano [...], a irradiação da luz da inteligência [...]”, assim sendo necessário “deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte” (Id. Ibid.). Trata-se claramente de uma invocação aos preceitos iluministas de instrução pública, destinada à ilustração do homem moderno, símbolo do progresso e civilização.

Ferreira Penna reconhecia ainda a necessidade de descentralização da instrução da capital para o interior da Província, chamando a atenção para uma instrução de caráter utilitarista, de forma que enfatizava a necessidade de se implantar “[...] nas principais cidades da Província [...] escolas de ensino, não de línguas, mas de certos conhecimentos úteis, como Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia, História e Horticultura” (Id., Ibid.).

Para Ferreira Penna “a irradiação da luz e da inteligência” esteve relacionado ao ideal prático da instrução, com intuito de propiciar aos jovens do interior da Província os mecanismos necessários para se aproveitar os ricos recursos naturais até então prescindidos do processo de instrução no interior da Província.

Parece-me mal aconselhado o sistema que a respeito do ensino se tem seguido na Província, concentrando-se na capital toda a instrução e deixando-se o interior em total abandono.

Abafa-se ou procura-se diminuir a irradiação da luz da inteligência, em vez de deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte.

A concentração do ensino secundário na capital importa o mesmo que negar-se à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na capital (Id., Ibid.).

Para além das questões relativas ao entendimento acerca da ideia de ordem, progresso, civilização, irradiação das luzes e desenvolvimento das potencialidades humanas, Ferreira Penna enfatiza ainda a questão da universalização da instrução, ou seja, conforme a epígrafe acima, o naturalista destaca a necessidade de uma instrução de caráter universal, que seja ofertada a todos os cidadãos paraenses, o que para a maioria seria uma primeira oportunidade de acesso, considerando que o processo de instrução estava, conforme Ferreira Penna, centralizado na capital da Província, enquanto que o interior estava fadado ao total abandono.

Trata-se também da invocação do princípio de igualdade de direitos, amplamente difundido na França durante o período revolucionário, que acabou repercutindo pelo mundo, influenciando diversos movimentos em defesa deste ideal (Cf. HOBSBAWM, 1996).

Essa questão apresentada por Ferreira Penna acaba por ratificar que as teorizações sobre a necessidade de se implementar a instrução pública, oriundas dos debates e proposições francesas do final do século XVIII fora o grande legado teórico para a constituição de sistemas de instrução pública ao longo do século XIX.

Questão esta que verificamos tanto no caso nacional quanto no caso específico da Província do Grão-Pará. Nesta perspectiva, as teorizações relacionadas a uma instrução universalizada, como dever do Estado, baseada na moral, na razão e no cientificismo acabou por ser o alicerce do sistema educacional moderno. E com este viés, reconhecemos as teorizações de Condorcet, como este fundamento, que influenciaria as proposições subsequentes, ainda no período revolucionário francês, que se propagaria, posteriormente, por diversas regiões do planeta, entre elas o Império do Brasil e, como podemos perceber, por meio do pensamento de Ferreira Penna, também esteve presente na Província do Grão-Pará.

Torna-se interessante observarmos ainda que Ferreira Penna, contrapondo-se a maioria dos dirigentes e políticos da época, identifica no modelo de ensino implementado nos Estados Unidos da América um exemplo a ser seguido pelos administradores do Império do Brasil e, mais especificamente, os da Província do Grão-Pará.

Se temos procurado imitar em tantas coisas os estrangeiros, por que não havemos de adotar o que há de mais útil nos Estados Unidos, por exemplo, de que tanto se fala – a liberdade de ensino? Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa república, e em outros países e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela

instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano (Id., Ibid. p. 2).

Por essa forma, podemos depreender que para além da influência do pensamento e proposições francesas relacionadas à instrução pública, Ferreira Penna também esteve sob o influxo do pensamento educacional estadunidense, que apresentava-se a este como a base da prosperidade alcançada por aquela nação.

Nosso entento é o de demonstrar a constituição imagética de modelos de instrução que se apresentavam aos paraenses como o que havia de melhor para sanar os recorrentes problemas da ineficiência da instrução pública no Grão-Pará, bem como no Império do Brasil.

Cumpramos evidenciarmos que a própria “liberdade de ensino” defendida por Ferreira Penna, que se apresentava como principal característica do modelo educacional do Estados Unidos da América, também fora defendida por Condorcet por meio da diferenciação que estabeleceu entre os termos instrução e educação, sendo a primeira a condição de liberdade do homem, baseada na ciência e na razão, e de total responsabilidade do poder público, enquanto que a segunda estaria eminentemente envolvida nos campos da moral, político e religioso, sendo totalmente ligada aos ambientes privados (Cf. KINTZLER, 1994; COUTEL, 1996; SILVA, 2010).

O modelo americano de ensino, uma possibilidade

É notória a preferência pela cultura europeia das elites intelectuais e políticas da Província do Grão-Pará, bem como as do Império do Brasil. No entanto, não podemos falar de um monopólio ou exclusivismo dessa cultura entre os mesmos, pois como bem salientou Ferreira Penna, as bases legais e metodológicas do ensino implementado nos Estados Unidos da América poderiam também servir de modelo para a Instrução Pública que se queria para a Província do Pará, assim como para todo o Império do Brasil.

Ao analisar a influência sociocultural dos Estados Unidos no Brasil, a partir do final do século XVIII, Bandeira (1973, p. 207) afirma que no período compreendido entre a Posse do território onde se configurou o país que denominamos de Brasil até a Primeira Grande Guerra Mundial, “[...] a formação cultural do Brasil era predominantemente europeia [...]”, sendo que a contribuição estadunidense, “[...] além de eventual, ainda não apresentava nenhuma característica [...]”.

Bandeira (op. cit.) sustenta suas conclusões a partir da ideia de que a dominação cultural ocorre por meio da dominação econômica. Essa perspectiva, em alguns estudos sociológicos, aparece invertida em relação a esta lógica inicial, a exemplo dos estudos que procuram analisar a relação entre Brasil e Estados Unidos a partir da polêmica iberistas e americanistas, onde acreditavam que os padrões culturais determinariam as características econômicas.

Sinteticamente, esta polêmica entre iberistas e americanistas, que toma como base a oposição entre Tavares Bastos e Oliveira Vianna, assume a premissa de que o progresso econômico vivenciado pelos Estados Unidos da América fora possível devido à sua raiz anglo-saxônica e dos padrões culturais advindos dessa cultura, em especial o individualismo, e que os parcos “avanços” econômicos, políticos e sociais apresentados pelo Brasil seriam consequências da herança cultural ibérica, baseada mais numa ética comunitária do que individual. Autores como Moog (1966), Morse (1988), Schwartzman (1988) ratificam esta perspectiva, afirmando que a herança cultural explicaria a diferença

no nível de desenvolvimento socioeconômico alcançado por essas nações (Cf. VIANNA, 1997).

Podemos depreender que, a partir desta controversa questão, surgem os primeiros traços e impressões acerca da possível influência do pensar estadunidense para a organização sociopolítica brasileira. As análises de alguns intelectuais do país, como Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral e, antes destes, Tavares Bastos e Oliveira Lima, foram constituidores de um pensamento voltados à cultura estadunidense e de sua possível aplicabilidade no Brasil oitocentista (Cf. OLIVEIRA, 2001).

Como bem pontuamos anteriormente, percebemos certa influência do pensar estadunidense nas questões educacionais brasileiras na segunda metade do século XIX, onde tomamos como exemplo o artigo publicado por Ferreira Penna em 1869, reconhecidamente um intelectual, político e administrador residente na Província do Grão-Pará, onde chama a atenção para o modelo educacional daquele país que poderia ser adaptado às necessidades do Grão-Pará, bem como as do Império do Brasil.

Este pensar educacional oriundo dos Estados Unidos da América começa a circular no Brasil, por meio de publicações de livros, relatórios, matérias jornalísticas e a partir de diferentes sujeitos, dentre eles o naturalista Ferreira Penna, que conjecturava ser “a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano” (Ibid., p. 2).

Barbanti (1977, p. 95) evidencia que

[...] os Estados Unidos vinham se constituindo, para muitos brasileiros da segunda metade do século, num paradigma político e cultural. As experiências americanas eram sempre lembradas quando se tratava de questões envolvendo federação, República, economia, colonização e educação.

Neste contexto, no ano de 1870 o Partido Republicano lança seu manifesto, onde evidencia a célebre frase: “Somos da América e queremos ser americanos” (CARVALHO, 1999; ALONSO, 2002), o que denota a forte influência estadunidense nas questões políticas no Brasil já na segunda metade do século, que caracterizaria mais detidamente a organização política que se instauraria no país a partir de novembro 1889, ou seja, a partir da proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

Vale ressaltarmos, que o nosso objetivo nesse artigo não é o de buscar um contexto unificado e hegemônico dentro do qual e em função do qual os políticos, intelectuais, dirigentes e professores determinariam as suas escolhas teóricas e metodológicas, muito menos buscar explicar a trajetória de Ferreira Penna. Trata-se sim de visualizarmos o movimento de circulação de ideias que não determinaram suas escolhas, mas nos permitem situá-las nesse processo.

Ao refletirmos sobre as influências do pensar e da prática pedagógica de países como França e Estados Unidos, tratamos também de modelos educacionais implementados nesses países. Neste sentido, torna-se importante destacarmos que compreendemos o termo “modelo” na perspectiva de Burke (2002, p. 47) quando evidencia que o mesmo se trata de uma “[...] construção intelectual simplificadora da realidade, para salientar o recorrente, o geral e o típico, apresentados na forma de conjuntos de características ou atributos [...]”. E para o percebimento de suas funcionalidades, o autor ressalta que “[...] sua utilidade depende da completa omissão de alguns elementos limitados ou ‘variáveis’ em um coerente sistema interno de partes interdependentes [...]”.

A partir desta perspectiva, podemos depreender que os “modelos” educacionais até aqui debatidos são construções imagéticas que permearam a mentalidade dos que as defendiam como exemplo a ser seguido. O que para Chartier (1990), tratavam-se de

representações construídas e vinculadas a grupos que as forjaram, e ao momento de seu engendramento tendendo a

Legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...]. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Neste sentido, a construção do modelo estadunidense como alternativa para a instrução pública na Província do Grão-Pará e no Império do Brasil, optou por ignorar as especificidades sociais, políticas e econômicas dos Estados Unidos, tratando-o como um todo homogêneo, o que seguramente não era.

Ferreira Penna e os demais políticos, intelectuais e administradores que defendiam o modelo educacional estadunidense na Província do Pará e no Império do Brasil, reconhecia-o como o elemento propulsor dos “avanços” socioeconômico alcançado por esta nação, pois acreditavam que estes haviam conseguido generalizar a instrução por todo o território nacional daquele país.

A elite paraense e brasileira pautavam seus discursos baseados nestes modelos, seja o estadunidense ou o francês, na tentativa não somente de se igualar ao nível de “progresso” e civilização alcançados por essas nações, mas também por reconhecerem que a instrução é que seria capaz de formar o cidadão que se queria moldar, onde pudesse ser consciente de seus deveres sociais, tornando-se um indivíduo ativo na sociedade, mas que comungasse com os projetos políticos da elite dirigente, que concebiam a emancipação do homem como forma de torná-lo, reconhecidamente, moderno.

Assim, elevada ao nível das nações reconhecidas como “civilizadas”, os Estados Unidos da América figurava-se como sinônimo de liberdade, progresso, riqueza material e moral. Por vezes, esse país parecia compor com os ideais de instrução pública presentes no imaginário da elite local com as outras nações civilizadas, por outra, lhes fazia franca concorrência.

É interessante notar que esse despertar de um interesse pelo repertório educacional estadunidense, tanto por parte da elite intelectual como por parte de indivíduos ligados ao campo educacional, eram, em algumas ocasiões, acompanhados de reflexões que sinalizavam para uma franca concorrência entre os modelos educacionais externos que melhor atenderia as prementes necessidades de melhoria da instrução pública na Província do Pará e no Império do Brasil.

Destacamos ainda que discursos, como o de Ferreira Penna, que se apropriavam de maneira singular e que faziam circular os elementos do repertório educacional estadunidense no Império, na segunda metade do século XIX, corroboravam para a formação de um imaginário social, produzindo um mundo de sentidos e significados para o fazer ser dessa sociedade.

Desta forma, a imagem da liberdade, da democracia, da riqueza, da iniciativa, do progresso técnico, da civilização moral e material, enfim, a imagem da expansão e da modernização, que davam o tom da valorização da cultura estadunidense, transformando-a em referência, eram elaborações imaginárias e, como tais, codificavam expectativas e esperanças, além de serem suportes para ações comuns dos indivíduos. Elas produziam um esquema de valores que modelava comportamentos e indicava, para essa mesma coletividade, as possibilidades de sua ação (Cf. BACZKO, 1985).

A Europa, principalmente a França, indubitavelmente, fora o itinerário privilegiado da intelectualidade brasileira oitocentista, o que a torna elemento essencial para o entendimento da formação da elite letrada que deveria dominar os códigos da matriz cultural francesa, que se queria como modelo para Império do Brasil. No entanto, depreendemos que o modelo francês não esteve isolado neste cenário social e político do Império e da província do Grão-Pará, pois o modelo educacional dos Estados Unidos já se apresentava às elites locais como uma possibilidade para sanar os problemas do sistema de instrução pública.

À guisa de percebermos estas influências dos modelos externos de instrução, seja o francês ou o estadunidense, bem como as influências para a constituição dos ideais de ordem, progresso e civilização presentes nos discursos dos políticos, administradores e cientistas paraenses, delineamos neste artigo a tônica discursiva da elite local acerca desta historicidade do processo de debates sobre os “modelos” educacionais, como forma de modernização da cidade de Belém, de modo que a formação do cidadão passava a ser imprescindível para se alcançar os níveis de progresso, civilização e modernidade alcançados pelas nações europeias, como França e Inglaterra, e os Estados Unidos da América.

Quanto ao Museu Paraense, depreendemos ainda que os argumentos que justificaram a sua criação, na década de 1860, possuíam como pano de fundo o progresso econômico vivenciado pela Província do Pará na segunda metade do século XIX. Assim, a divulgação da riqueza de produtos naturais da Província contribuiria para incentivar não só a agricultura, mas a diversificação das exportações da região para o restante do Império e para o exterior.

Um museu de História Natural e Etnografia, neste contexto, poderia proporcionar um atraente acervo de amostras de vegetais, minerais e animais de interesse para o comércio e para a indústria, além de proporcionar espaço para o processo de instrução pública acerca destes, onde o interesse maior era o de desenvolver entre os jovens da Província o gosto pela observação e análise, sempre imprescindíveis para o desenvolvimento científico. Pensamento este que também levou a administração provincial a criar uma Biblioteca Pública na capital da Província, como forma de garantir mecanismos para o desenvolvimento da instrução baseada nos conhecimentos científicos.

Tal questão se torna mais relevante se lembrarmos que políticos de diversas posições ideológicas e administrativas, alguns com intensa atuação intelectual, como escritores, naturalistas amadores, jornalistas, etc., e outros com estreita relação com a instrução, seja como professores ou administradores da instrução, identificavam o progressivo abandono dos produtos tradicionalmente cultivados e exportados pelo Pará neste mesmo período, o que seria resultado do progressivo aumento da produtividade e comércio da goma elástica no interior da Província.

Por essa forma, depreendemos que havia um contraste entre o potencial econômico da Província, baseado na enorme quantidade de vegetais e minerais que poderiam ser explorados e as rápidas mudanças verificadas no interior da economia, provocadas pela extração e comercialização da borracha. Dessa forma, o Museu Paraense, ou melhor, a exposição de produtos naturais proporcionada pela organização do mesmo, desvelava o interesse de uma colegialidade científica da Província do Grão-Pará em propagar a ideia de variedade, o que se coadunava com os valores de progresso, ciência e civilização que se desejava disseminar pela sociedade paraense.

O Museu Paraense, por essa forma, adquiria grande relevância e proporcionava expectativas entre os políticos e intelectuais da Província, uma vez que o próprio Presidente da Província Abel Graça afirmava que “[...] o Museu Paraense é o

estabelecimento mais importante, que mais poderosa influência tem de exercer para o desenvolvimento das ciências nesta Província [...]” (PARÁ, 1871, p. 15). Trata-se também, como já abordamos anteriormente, de uma instituição que seria a base para a constituição de uma colegialidade científica na Província do Grão-Pará.

Assim, vale destacarmos ainda que as discussões tecidas até aqui, permite-nos desvelar um contexto específico da cidade de Belém, onde circulou inúmeras ideias e modelos de instrução defendidos por políticos e intelectuais da época como necessários e eficientes para o desenvolvimento e qualidade da instrução pública na Província do Pará, bem como o de promover estudos de caráter científicos na mesma.

Destarte, depreendemos que não se trata de um conjunto unificado e hegemônico de ideias e modelos, que por meio do qual e em função do qual os políticos, intelectuais, dirigentes e professores determinariam as suas escolhas teóricas e metodológicas para compor seus ideais de instrução pública, no entanto, nos proporciona a visualização de um movimento de circulação de ideias que não determinavam suas escolhas, mas nos permitem situá-las neste processo.

Com este viés, optamos por evidenciar as influências do modelo educacional oriundo dos Estados Unidos da América nas proposições de Ferreira Penna, como forma de demonstrar que o modelo francês não era um modelo hegemônico entre os intelectuais e administradores do Grão-Pará e, a partir deste contexto diversificado e, por vezes, antagônico, de ideias e modelos de instrução, é que podemos perceber as nuances políticas e sociais referentes ao sistema de instrução pública da Província do Grão-Pará e do Império do Brasil.

Referências

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. *O cientificismo da França para a Amazônia*. In: _____ (org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005.

ARAGO, François. *Oeuvres de Condorcet*. Biographie, vol. I, Paris: F. Didot frères, 1847-1849, réimp. F. Frommann Verlag, Stuttgart, 1968.

BACZKO, B. “Utopia”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, IN/CM, Lisboa, 1985, pp. 333-396.

BAKER, Keith Michael. *The Old Regime and the French Revolution*. Chicago, 1987.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBANTI, Maria Lúcia Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: estudo de suas origens*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1977.

BOTO, Carlota. *Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet*. Revista Educação e Sociedade. vol. 24, no.84, Campinas, Set. 2003. pp. 735-762.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, R. *A histórica cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CONDORCET, M. J. A. N. C., Marques de. *Rapport et projet de décret sur l'instruction publique, présentées à l'Assemblée Nationale, au non du Comité d'Instruction Publique*. In: DUMAZEDIER, J. (Dir.). *La Leçon de Condorcet: une conception oublié de l'instruction pour tous nécessaire à une republique*. Paris: L'Harmattan, 1994.

COUTEL, C. *À l'école de Condorcet. Contre l'orléanisme des esprits*. Paris: ellipses/éditions marketing S.A., 1996.

_____. *Décembre 1792: les objections au Rapport sur l'instruction publique: réponses de Condorcet*. In: CREPEL, P.; GILAIN, C. (Dir.). *Condorcet, mathématicien, économiste, philosophe et homme politique: colloque internacional*. Paris: Minerve, 1996.

_____. *Politique de Condorcet*. Paris: Payot & Rivages, 1996.

DUARTE, Dércio Pena. *Bases para o espírito: Ferreira Penna, Ciência e Educação na Província do Grão-Pará (1866-1891)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, 2010.

GIL-PÉREZ, Daniel *et al.* *Para uma imagem não deformada do trabalho científico*. Ciência e Educação. São Paulo, v. 7, n. 2, 2001, pp. 125-153.

GRANGER, Gilles-Gaston. *La mathématique sociale du marquis de Condorcet*. Paris: PUF, 1956, rééd., Paris: Odile Jacob, 1989.

GUALTIERE, Regina Cândida Ellero. *A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914)*. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar (org.). *Múltiplas faces da história das ciências na Amazônia*. Belém: UFPA, 2005, pp. 103-134.

KINTZLER, K. C. *Condorcet, l'instruction publique et la naissance du citoyen*. Paris: Folio - Essais, Minerve, 1994.

KINTZLER, K. C. & COUTEL, C. *Notas*. In: CONDORCET. Marquis de. *Cinq mémoires sur l'instruction publique*. Paris: GF-Flamarion, 1994.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em Debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX*. In: ESTEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. II – século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 91-103.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira & BRITO, Ana Paula O. P. Moraes. *A história da Ciência e o ensino da Genética e Evolução no nível médio: um estudo de caso*. In: SILVA, Cibele Celestino. Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino. São Paulo: Livraria da Física, 2006, pp. 245-264.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MOOG, Vianna. *Em busca de Lincoln*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MORSE, Richard M. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “*A ilusão americana*”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, pp. 134-150.

PARÁ, Governo da Província do. *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.ª Legislatura, pelo Dr. Abel Graça, Presidente da Província, em 15 de agosto de 1871*. Pará: Typographia do Diário do Gram-Pará, 1871. Disponível em www.crl.edu/areastudies/LAMP/index.htm. Acesso em: 30 de novembro de 2011.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. *A Instrução na Província do Pará*. Colombo. Belém do Pará (PA): Typographia do Jornal do Amazonas, 13 de maio de 1869.

SALDAÑA, Juan José. *Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina*. In: FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. (org.). Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina. Campinas: UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, pp. 11-31.

SANJAD, Nelson. “*Ciência de potes quebrados*”: Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.19. n.1. p. 133-163. jan.- jun. 2011.

_____. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866 – 1907*. Tese (Doutorado em História Social) – Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro, 2005.

SAVIANI, Demerval. *Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro*. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *O Espelho de Morse*. Novos estudos CeBRAP, v. 22, p. 185 – 192, out. 1988.

SILVA, Sidney Reinaldo. *Direitos humanos e instrução pública segundo Condorcet*. Educação em Revista, Marília, v. 11, n.12, p. 1-18, Jan.-Jun. 2010.

TANURI, Leonor Maria. *História da formação de professores*. Revista Brasileira de Educação, Mai/Jun/Jul/Ago de 2000, nº 14. Disponível em:

www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf
f. Acesso em: 14 de março de 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VILLELA, H. de O. S. *A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação – UFF – Niterói, 1990.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Poder político e educação de elite*. 3.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

Recebido em novembro/2012
Aprovado em dezembro/2012